

ALARCÃO, JORGE DE (2024)

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_23

COIMBRA NO SÉCULO XVII – Figuras e factos memorandos.

Arte gráfica e desenho de José Luís Madeira.

Coimbra: Lápis de Memórias. 240 p.

ISBN: 978-989-8674-56-2

“Depois, sem ter abandonado completamente a investigação arqueológica, passou a dedicar-se a estudos históricos, tendo publicado vários artigos e livros, designadamente sobre a cidade de Coimbra” – assim reza a Nota Biográfica inserta na badana deste volume, um dos que decidiu dedicar à sua terra natal.

Assinalar-se-á, desde logo, este seleto uso do gerúndio (“memorando”), como que a chamar ao seu sentido próprio a palavra hoje de uso tão comum que se corre o risco de lhe perder o intrínseco significado. Aliás, já no prefácio se lê e vale a pena reler:

“Recuperamos alguns textos que, tendo sido escritos (ou mesmo publicados) no século XVII, estão hoje tão deslebrados que podemos dizê-los esquecidos”.

“Deslebrados”!

Este, o primeiro comentário que urge fazer, quando – mesmo a nível académico – a língua portuguesa tão maltratada se sente: o Doutor Jorge de Alarcão preza em escrever bem português! Exemplo que apraz sublinhar, pois que nem sempre os historiadores (e, de modo especial, os ditos ‘cientistas’) cuidam da sua linguagem. Regozijamo-nos quando se lê um texto escorreito, sem gralhas, de uso correto da pontuação e das maiúsculas (hoje, um sentido que se está a perder!), de sujeitos que não estão separados por vírgula do respetivo predicado...

No referido prefácio, após ter chamado a atenção para três ou quatro dos capítulos que reputou mais salientes, Jorge de Alarcão conclui:

São variados, como se vê, os textos que reunimos. Esperamos que os leitores possam tirar deles algum prazer e proveito. E talvez historiadores diplomados encontrem aqui sugestões para trabalhos académicos que levem mais longe as nossas indagações.

Não pode deixar de comentar-se a modéstia implícita na expressão “historiadores diplomados”, dando a entender o autor que o não é, quando, na realidade, sabemos que é desta cepa que os Historiadores (sim, com maiúscula) se formam, inclusive quando é manifesto ser esse o caso.

Esta é a primeira ideia importante a focar: o autor pretende chamar a atenção para textos que poderão vir a ser, como dirá mais à frente, objeto de maior análise em teses de doutoramento, em dissertações de mestrado, ou seja, como o bom semeador, pretende deitar as sementes à terra, a fim de que o que daí resultar possa ser colhido por outros, nova seara venha a crescer.

Esse ponto de vista, a modéstia de Jorge de Alarcão, vai também expressa no segundo parágrafo desse prefácio:

“O tempo não é ainda o de escrever uma história com nexo ou trama, mas o de carrear materiais para que se possa, um dia, escrever essa história”.

Na realidade, na sequência dos últimos trabalhos seus publicados, como é o caso de *Memórias de Coimbra* (2023), Jorge de Alarcão está a querer disponibilizar apontamentos que, ao longo da vida, foi tirando, para que possam vir a servir como elementos válidos para uma história da cidade de Coimbra, que ele gostaria de publicar (bem no sabemos!), mas que ora prefere deixar em herança.

Tempo é, pois, de dar uns alguns tópicos do que neste livro foi focado, na certeza de que todos esses tópicos são eloquentes e que o leitor escolherá um ou outro de sua preferência.

No entanto, as grandes festas realizadas em Coimbra, em 1622, por ocasião da canonização de Santo Inácio de Loyola e de São Francisco Xavier, poderão ser, de facto, um dos pontos a chamar grandemente a atenção, na medida em que a relação destas festas, que foi feita, na altura, pelo Colégio da Companhia de Jesus da cidade de Coimbra, aqui transcrita, poderá vir a ser um testemunho de maior importância, pois que Jorge de Alarcão dá o glossário, uma nota sobre os instrumentos musicais aí referidos numa das

magníficas ilustrações – cujo arranjo ficamos a dever, mais uma vez, a José Luís Madeira – e, por outro lado, em colaboração com o Doutor António Manuel Rebelo, faz-se referência e explanam-se as citações latinas.

Falando das festas, temos, por exemplo, também, em descrição de pormenor, as que se realizaram, em 1625, por altura da canonização da Rainha Santa Isabel.

Para quem visita a Baixa de Coimbra, muitas vezes perguntará “o que é isto de Passo do Conde?”. Pois a páginas 95 e seguintes se conta o que foi a Estalagem do Passo do Conte e porque se chama assim. E ainda nesse ponto de vista das casas dar-se-á a descrição do Convento de Santa Clara redigida também em meados do século XVII; dir-se-á da Quinta de Vila Franca; da Casa do Tesouro do Mosteiro de Santa Cruz; da Casa Corrente na Coimbra do século XVII, expressão a recordar o trabalho da doutora Luísa Trindade (2002), *A Casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*.

Enfim, não deixará o leitor de se interessar pela descrição pormenorizada da ação da Inquisição em Coimbra nesse século. Horrorizar-se-á, de certeza, com o que, de acordo com a mentalidade da época, se levou a cabo: as condenações por isto ou por aquilo, tantas vezes não por motivos religiosos mas por outros, onde a crueldade humana, o fanatismo religioso eram, de facto, atuantes. Quando, nos dias de hoje, isso acaba por se verificar também, perguntamo-nos que espécie humana é esta em que ainda navegamos, quando, por motivo da crença religiosa, as pessoas acabam por ser maltratadas, amiúde a frio.

Ler-se-á, em precioso fac-símile (figuras 17 a 23), a lista das

pessoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram em um Auto público da Fé, que se celebrou em o Terreiro de S. Miguel da Cidade de Coimbra, em Domingo 14 de Junho de 1699, sendo inquisidor geral o ilustríssimo Senhor Bispo D. Frey Joseph de Lancastro do Conselho de Sua Majestade.

Leia-se de novo: auto que se celebrou! Celebrar! – uma mentalidade bem diferente da nossa!

E vem o rol das pessoas (idade, nome, profissão, casado/solteiro, filiação, naturalidade, residência...) “que não abjuram nem levam hábito”, acusadas de abjuração de leve, de veemente, de 1^a abjuração, de 2^a, de 3^a... por judaísmo... No elenco dos “relaxados em carne” cite-se, para exemplificar, o cristão novo (X. N.) Manuel Lopes, de alcunha “O Malhão”, tratante e curtidor, originário do Reino de Castela, e dele se diz que se manifestou “convicto, ficto, falso, simulado, confitente, diminuto & impenitente”!...

É excelente a reprodução das ilustrações (32 figuras), de elevado interesse gráfico e histórico, de que se ressaltam, a título de exemplo, os desenhos de Baldi, com as vistas de Ansião, da Fonte Coberta e de Coimbra (nº 15). Notável será também o traçado do percurso feito por Cosme de Médicis em Portugal, em 1669, com anotação das respetivas datas em cada ‘estaçao’ (Fig. 12): saiu de Badajoz a 7 de janeiro, esteve em Elvas no dia 10, em Lisboa a 21 (tendo feito a travessia do Tejo a partir do Montijo, noutras fontes dito “Aldeia Galega”, durante muitos anos o ponto de travessia do rio), em Coimbra a 22 de fevereiro, e regressou a Espanha por Caminha, a 1 de março. Um pormenor não escapará ao leitor atento: a sequência de “Vendas” no percurso Badajoz / Setúbal: Venda de Busseiras, Venda de Patalim, Venda de Filafan – de que hoje apenas subsiste, nessa zona, Vendas Novas, decreto não coincidente, como o seu próprio nome indica, com nenhuma das anteriores.

Reporta-se, nas páginas 102-110, a bibliografia – a que o Autor preferiu dar o título “Referências” – onde justo é assinalar uma tomada de posição por que há muito labutamos, contra o incoerente e nefasto hábito agora em uso, exigido (mais uma vez!) por diretrizes alienígenas que não respeitam a pessoa humana: Jorge de Alarcão fez questão em indicar por extenso o primeiro nome de cada autor, para que se saiba de quem efetivamente se trata: é John, é Maria – e não os indefinidos e, por vezes, embaraçantes J. ou M. Aplaudo!

Como não posso, naturalmente, deixar de aplaudir a atitude, de assim ter deliberado pôr à disposição dos “historiadores diplomados” (como lhes chama) estes dados que foi carreando. E creio que outros ainda haverá! Recordo, mais ou menos no mesmo sentido, o que o saudoso Joaquim Romero Magalhães houve também fazer: reuniu, em 2017, numa “edição do autor, fora do mercado”, para um círculo restrito de amigos, o livro, de 258 páginas (!),

Provocações: por dever de ofício (1987-2014). O ‘ofício’ é esse mesmo, o de professor; as ‘provocações’, as 25 arguições que, ao longo dos anos, foi fazendo, em doutoramentos e mestradinhos, porque (escreveu) “as observações dos arguentes que deveriam ser tomadas como aviso para o que vai sendo feito acabam por ficar escondidas e não ter qualquer efeito – para além do fogo de artifício do acto” – quando, em seu entender, “a crítica é uma das atitudes obrigatórias dos universitários”.

Exemplos a enaltecer e imitar.

“Partilha” é, na verdade, a palavra mais corrente, hoje, nas redes sociais. Urgirá, sem dúvida, que das redes passe, do virtual para o real; do fátilo quotidiano para as páginas sólidas do Saber!

JOSÉ D’ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

